



ANAIS DO XV CONGRESSO DO PROJETO RECAJ UFMG

OS 36 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

DEZEMBRO/2024



Programa RECAJ UFMG

XV Congresso - Os 36 anos da Constituição Federal de 1988

Belo Horizonte/MG
Anais de Congresso, 2025

Acompanhe nossos conteúdos:

 **recajufmg**

BANCA AVALIADORA

Adriana Goulart de Sena Orsini

- Professora Titular da FDUFG, coordenadora do projeto RECAJ
UFG, professora de Direito do Trabalho e Desembargadora do TRT3

Giovana Paula Ramos Silveira Leite

- Mestra em Direito pela UFG e Advogada

Iara Duque Soares

- Doutoranda em Direito pela UFG e Advogada

Igo Zany Nunes Côrrea

- Doutorando em Direito pela UFG e Juiz do Trabalho

ORGANIZADORES DO CONGRESSO

Ariadne Fernanda Martins Alves

- Graduanda em Direito pela UFMG

Giovana Paula Ramos Silveira Leite

- Mestra em Direito pela UFMG

Iara Duque Soares

- Doutoranda em Direito pela UFMG

Igo Zany Nunes Côrrea

- Doutorando em Direito pela UFMG

Lucas Thiago de Souza

- Graduando em Direito pela UFMG

Paula Silva Fullana

- Graduada em Direito pela UFMG

ORGANIZADORES

DOS ANAIS

Ariadne Fernanda Martins Alves

- Graduanda em Direito pela UFMG

Ester Mendes Santana

- Graduanda em Direito pela UFMG

Gleiciane Rodrigues Gonçalves

- Graduanda em Direito pela UFMG

Isabela Cristina Souza Silva

- Graduanda em Direito pela UFMG

Júlia de Souza Carvalho

- Graduanda em Direito pela UFMG

Lucas Thiago de Souza

- Graduando em Direito pela UFMG

Luiza Oliveira Porto de Paula

- Graduanda em Direito pela UFMG

Marcio da Cunha da Fonseca Junior

- Graduando em Direito pela UFMG

Maria Carolina Rodrigues de Paula

- Graduanda em Direito pela UFMG

Maria Clara Rodrigues Vieira

- Graduanda em Direito pela UFMG

Nadine Dias Labouriau

- Graduanda em Direito pela UFMG

Rafaela Maria Souza Carvalho

- Mestranda em Direito pela UFMG



**Que cada pesquisa e cada reflexão aqui
construídas inspirem a transformação social,
o fortalecimento dos direitos e a busca por
uma sociedade mais justa e igualitária.**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Congresso do Projeto RECAJ UFMG (15. : 2025 :
Belo Horizonte, MG)

Anais do XV Congresso do Projeto RECAJ UFMG
[livro eletrônico] : os 36 anos da Constituição
Federal de 1988. -- 1. ed. -- Belo Horizonte, MG :
Ed. dos Autores, 2025.

PDF

Vários autores.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-52739-0

1. Direito constitucional - Brasil 2. Direito -
Congressos I. Título.

25-279034

CDU-342(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito constitucional 342(81)

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

SUMÁRIO

Bloco Temático 1 – Estruturas, Instrumentos e Políticas de Acesso à Justiça (Presencial)

- A Importância das Salas Especializadas na Atuação de Juízes e Promotores na Garantia - Ariadne Martins e Lucas Thiago
- A Lei Complementar 95/98 e a Justiça Cultural perante a Constituição de 1988 - Cecília Xavier Bizzoto
- A Necessidade de Formação Continuada para Juízes e Promotores sobre Direitos - Ariadne Martins e Lucas Thiago
- As Diferentes Dimensões do Acesso à Justiça no Brasil - Luiz Henrique Santana Depollo
- As serventias extrajudiciais como forma alternativa de acesso à justiça no Brasil - Lívia Tenório Niccioli
- Conflitos judiciais entre Airbnb e convenção de condomínio sob a perspectiva - Kendrio Tolomelli Costa
- Investigações sobre o acesso à justiça para a solução de conflitos coletivos no TRT da 3ª Região - Paulo Henrique Lopes Vaz de Melo e Sâmara Eller Rios
- Os Juizados Especiais como forma de acesso à justiça - Sávio Henrique Fonseca Oliveira
- Processo Estrutural: expansão da arena discursiva e minimização do protagonismo judicial - Natasha Burrel Ribeiro e Vinicius Augusto Menezes Martin
- Trajetória Histórica Constitucional do Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição no Brasil - Luiz Henrique Santana Depollo

SUMÁRIO

Bloco Temático 2 – Acesso à Justiça, Vulnerabilidades e Direitos Humanos (Presencial)

- A Justiça Restaurativa aplicada aos casos de violência doméstica e intrafamiliar: limites e possibilidades - Débora Silva Melo
- A proteção da identidade pessoal no Brasil: entre a Constituição e o Código Civil - Jessica Aparecida Soares
- As barreiras jurídicas daqueles que não possuem o “Direito à Cidade”- Arthur Ferreira Maia e Nicole Alves Felipe Ribeiro
- Desigualdade de Gênero e Raça no Acesso à Justiça: uma análise sob a perspectiva de Lélia Gonzalez - Angelina Reis de Matos e Raissa Ribeiro da Mata
- Entre Redistribuição e Reconhecimento: Impactos da Reforma Trabalhista no Acesso à Justiça e na Proteção ao Trabalhador Vulnerável - Isadora Vieira Cardoso e Thiago Lemes Moritani
- Escravidão e a Constituição de 1988: O acesso à justiça pela população negra - Bárbara Luíza Magalhães Honorat
- A responsabilidade do psicopata no direito penal brasileiro - Natasha Petelincar Leopoldino e Prof. Elaine

SUMÁRIO

Bloco Temático 1 – Acesso à Justiça e Amazônia (On-line)

- A Democracia do Acesso à Justiça às Comunidades Tradicionais Amazônica - Aline Mendes de Souza e Juliana Geovana Lasmar de Oliveira
- A Política Pública de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas: ADPF 709 no contexto pandêmico - Glaciene de Oliveira Feitosa e Bernardo Silva de Seixas
- Acesso à Justiça e Povos Originários no Amazonas: Um Diálogo Necessário... (Resolução 454/2022 do CNJ) - Carla Vidal Gontijo Almeida e Danilo Andrade de Sá
- Acesso à Justiça para Povos Indígenas em Tempos de Seca no Amazonas - Amanda Teles Marques e Adelson Lima Gonçalves
- O Impacto da Vinculação de Precedentes no Acesso à Justiça pela Via dos Direitos Sociais Trabalhistas - Carla Vidal Gontijo Almeida e Helaine Gleicy de Azevedo Borba
- Poder Empregatício, Capitalismo de Plataforma e Responsabilidade Labor Ambiental: perspectivas de acesso à justiça em um contexto de responsabilidade democrática - Paulo Henrique Gurjão da Silva

SUMÁRIO

Bloco Temático 2 – Estruturas, Instrumentos e Políticas de Acesso à Justiça (On-line)

- A Arbitragem como Caminho Constitucional para a Democratização de Justiça Eficiente - Maria Luísa Pardini Ribeiro e Nara Ferreira Gomes Sales
- A Audiência de Conciliação do Art. 334 do CPC: Efetividade do Acesso à Justiça ou Ato Meramente Formal? - Clarice Souza Zaidan
- A Constitucionalização da Defensoria Pública: Trajetória e Efetividade do Acesso à Justiça no Brasil - Hanna Emylly de Sousa Barbosa e Raissa Glória de Albuquerque Montenegro
- A Expansão do Poder Judiciário: Limites e Perigos para a Divisão de Poderes - Milena Sampaio de Oliveira Silva e Theo Augusto Apolinário Moreira Fonseca
- Acesso à Justiça e a Inclusão Digital: Desafios e Oportunidades nos 36 Anos da Constituição de 1988 - Patricia Miranda Pereira e Júlio César Rodrigues Cruz
- Acesso à Justiça e a Mediação como Ferramenta de Democratização: 36 Anos de Constitucionalização - Patricia Miranda Pereira e Júlio César Rodrigues Cruz
- Acesso à Justiça e Linguagem Jurídica: Uma Análise do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples - Celená Soares Souza e Iara Duque Soares
- Acesso à Justiça com a Inserção do Intérprete de Libras no Poder Judiciário do Estado do Amazonas - Beatriz de Almeida do Carmo
- Acesso à Justiça e Processo Penal: A (In)Efetividade da Ampla Defesa e do Contraditório após 36 Anos da Constituição - Annache Valverde Rocha Diniz e Silva

SUMÁRIO

- Cooperação Judiciária Interinstitucional em Matéria Previdenciário-Trabalhista como Estratégia para o Acesso à Justiça - Fabiane Cristina dos Santos e Antônio Gomes de Vasconcelos
- Constituição de 1988: Os Avanços e Desafios no Acesso à Justiça para Hipossuficientes Jurídicos - Hanna Emylly de Sousa Barbosa e Raissa Glória de Albuquerque Montenegro
- Custos Processuais e Obstáculos Financeiros para Litigar no Brasil - Gabriel Silveira Azevedo
- Direito Penal do Inimigo: A Criminalização do MTST como Obstáculo ao Direito Constitucional à Moradia - Caroline Munhoz Sales
- Entre a Forma e a Substância: O Devido Processo Legal no Estado Democrático - Maria Clara Rodrigues Vieira
- Justiça Restaurativa: Reintegração Social Juvenil - Giovana Lopes Fortuna e Mariana Queiroz da Silva Miller
- O (In)Acesso à Justiça frente à Questão da Relevância Federal: Críticas à Emenda Constitucional nº 125/2022 - Fernando Antônio Pessoa da Silva Júnior e Tarcio Augusto Penelva Santos
- O Direito Social do Acesso à Justiça pelas Lentes Expandidas da Cidadania e do Pluralismo Jurídico - Fernando Antônio Pessoa da Silva Júnior
- O Papel das Ações Coletivas na Democratização do Acesso à Justiça no Brasil - Gabriel Silveira Azevedo

SUMÁRIO

- O Papel do Judiciário como Facilitador do Acesso à Justiça no Fomento em Soluções Autocompositivas - Fernanda Gadotti Duwe e Rodrigo Oliveira Acioli Lins
- O Papel da Defensoria Pública na Concretização do Acesso à Justiça - Giovana Lopes Fortuna e Júlia de Souza Carvalho
- O Acesso à Justiça e o Sistema Judicial Eletrônico no Brasil - Paulo César de Souza
- Os Desafios do Acesso à Justiça: Uma Luta Contínua por Efetividade - Emanuely Alves da Silva

Bloco Temático 3 – Acesso à Justiça, Vulnerabilidades e Direitos Humanos (On-line)

- 36 Anos de Constituição Federal de 1988: Um Balanço Crítico sobre o Acesso à Justiça no Brasil - Anna Vitória Alves Bicalho
- 36 Anos do Diálogo entre Psicologia e Direito na Vigência da Constituição Federal - Nara Ferreira Gomes Sales e Maria Luiza Morangon Gaspar
- A Dissonância Jurídica entre Dogmática e Realidade nas Relações Trabalhistas - Victor Péret de Almeida Gomes
- A Falácia do “Público Não Estatal” e a Obstaculização do Acesso à Justiça - Maria Resende Tadiello e Rafael Nogueira Ibrahim
- A Oferta do Curso de Serviço Social nas Universidades Federais Localizadas em Minas Gerais - Bárbara Deming Leão Brandão
- A Questão das Redes Sociais na Informação e Conscientização sobre Direitos - Gabriel Silveira Azevedo

ACESSO À JUSTIÇA E O SISTEMA JUDICIAL ELETRÔNICO NO BRASIL

Paulo César de Souza¹

RESUMO

A definição de acesso à justiça concerne em diferentes pensamentos na literatura pátria. Ensina Fernandes (2020, p. 625), o cidadão não precisa esgotar a via administrativa para acionar o judiciário. Diz Tavares (2020, p. 754), a Constituição brasileira de 1946, foi a primeira a apontar a impossibilidade da lei excluir da apreciação do Judiciário qualquer violação de direito individual. Pergunta-se: a prestação jurisdicional antes da redemocratização era eficaz a todos os brasileiros? Após, 1988, com o passar dos anos, observa-se o aumento do número elevado de demandas judiciais. Diante disso, a Emenda Constitucional nº 45/2004, focou no princípio da razoável duração do processo, elencado na redação do artigo 5º inciso LXXVIII, da CF/88. Neste contexto, após, dois anos, a Lei Federal 11.419/2006, surgiu com o intuito de regular a tramitação dos processos judiciais eletrônicos (Pje) objetivando, suposta, celeridade de resolução de litígios. Constata-se na demanda (ADI 2160-DF) ajuizada pela Confederação dos Trabalhadores, que buscou a inconstitucionalidade. Ao julgar parcialmente procedente, os ministros do STF ressaltaram, naquele julgado, a relevância do acesso à justiça resguardando para todos os que venham a demandar em órgão competente. Para Campos (2019, p.44) a efetivação do processo eletrônico foi positiva no atendimento às demandas judiciais. Conclui-se que a implementação do pje após, 2006, aperfeiçoou acesso à justiça, mesmo com todas as adversidades, a tecnologia possibilitou ao poder judiciário cumprir as medidas adotadas durante a pandemia do coronavírus (BRASIL, 2020) sem prejuízo a prestação jurisdicional em período adverso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > acesso em: 2 de março de 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004**. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm > acesso em: 2 de março de 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a informatização do processo judicial. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/lei/11419.htm > acesso em: 2 de março de 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do

¹ Graduando em Ciências do Estado pela Faculdade de Direito da UFMG. Estagiário de pós-graduação em Direito no Tribunal de Justiça de Minas Gerais - Programa Pontualidade. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8539192938743166>

coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm#:~:text=1%C2%B%20A%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e%20sobre,objetivam%20a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20da%20coletividade. > acesso em: 2 de março de 2025.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. ADI 2160 (apenso principal ADI 2139), Relator(a): Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 01-08-2018, Processo Eletrônico DJe-033 divulgado em 18-02-2019. Publicado em 19-02-2019.

CAMPOS, Izabella Proença Cardoso Viotti; JÚNIOR, Luiz Magno Dias e RAMOS, Gabriel Ribeiro Gonçalves. **Como a informatização do processo judicial interfere no trabalho dos advogados**. Direito, tecnologia e globalização. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito constitucional**. 12. ed. rev., atual, e ampl. Salvador: Ed. Juspodivm, 2020.

MINAS GERAIS. **Tribunal de Justiça de Minas Gerais**. Coordenação de Apoio e Acompanhamento do Sistema PJe (COAPE) / Gerência de Acompanhamento e de Suporte aos Sistemas Judiciais Informatizados da Justiça de Primeira Instância (GESIS) - CGJ/TJMG. Disponível em: < [https://www.tjmg.jus.br/data/files/7F/F1/EC/0E/55E48810A79A13882D28CCA8/CAR_TILHA%20PJe%20-%20Usuario%20Externo%201 .pdf](https://www.tjmg.jus.br/data/files/7F/F1/EC/0E/55E48810A79A13882D28CCA8/CAR_TILHA%20PJe%20-%20Usuario%20Externo%201.pdf) > acesso em: 2 de março de 2025.

MINAS GERAIS. **Tribunal de Justiça de Minas Gerais**. Portaria Conjunta Nº 1.624/PR/2024. Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.550, de 7 de maio de 2024, que “Disciplina o Painel Estratégico e o Quadro de Iniciativas do ano de 2024, que compõem o Planejamento e a Gestão Estratégicos do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ciclo 2021 a 2026”. Disponível em: <
<https://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/pc16242024.pdf>> acesso em: 2 de março de 2025.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Projeto Pontualidade**. Agilizar a prestação jurisdicional em regime de cooperação nas unidades jurisdicionais da Justiça de Primeiro Grau do Estado de Minas Gerais que apresentem elevado acervo processual pendentes de atos judiciais e de ofício. Disponível em: <
<https://www.tjmg.jus.br/data/files/E6/14/93/9D/880FE6101E2739E6A04E08A8/Iniciativa%206%20Projeto%20Pontualidade.pdf>> acesso em: 2 de março de 2025.

TAVARES, André Ramos **Curso de direito constitucional** / André Ramos Tavares. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

PÁGINA DE AGRADECIMENTOS

Nosso agradecimento especial à Professora Adriana Goulart de Sena Orsini, Professora Titular da Faculdade de Direito da UFMG, Coordenadora do RECAJ, Professora de Direito do Trabalho e Desembargadora do TRT3, pela inspiração, dedicação e liderança. Seu compromisso com a justiça social, os direitos humanos e a formação acadêmica é a base e a força que move este projeto. Nossa profunda gratidão e reconhecimento.

Também agradecemos a toda a equipe do Projeto de Extensão RECAJ UFMG, que trabalharam arduamente para o acontecimento do XV Congresso bem como para a publicação de seus resultados.

Por fim, agradecemos a todos aqueles que participaram do evento e tornaram ele possível, expondo suas ideias e pensamentos por meio de resumos expandidos brilhantes!



ANAIIS DO XV CONGRESSO DO PROJETO RECAJ UFMG

**OS 36 ANOS DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL DE 1988**

REALIZAÇÃO: DEZEMBRO/2024

PUBLICAÇÃO: JUNHO/2025